

**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Para uma análise crítico discursiva foucaultiana de governos neoliberais da água ¹

Marcelo Aversa, UFABC, m.aversa@uol.com.br
Mestre e Doutorando em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC

Sessão Temática 04: Convergências entre Urbanização e natureza.

Resumo. Este artigo tem o objetivo de apontar a análise crítico discursiva como uma metodologia possível para a crítica de governos neoliberais da água. Como uma sistematização e problematização de pesquisa de doutoramento em progresso, representa um produto que percorre as revisões bibliográficas das abordagens foucaultianas produzidas por Diaz-Bone et al (2007), relativa à análise crítico discursiva, por Connor Cavanagh (2018), relativa à Ecologia Política em âmbito geral e a de Paola Rattu e René Veron (2016), relativa à Ecologia Política Urbana da Água. Para ir além destas revisões, em cada uma delas destacou-se algumas pesquisas para aprofundar as formas de composição entre teórico e empírico, dentro de temas político-ecológicas e urbanísticas, para debater em que medida se aproximam ou se afastam da obra de Michel Foucault. Conclui-se que conceitos e estratégias são definidos na própria rede de relações de poder em que estão inseridos, como por exemplo a estratégia de busca de mananciais cada vez mais distantes como uma regularidade discursiva que permite compreender a crise hídrica paulista de 2013 a 2015 como uma história do presente.

Palavras-chave. EPU da água; abordagens foucaultianas; análise crítico discursiva; governamentalidade.

Towards a Foucauldian discourse-critical analysis of neoliberal water governments

Abstract. *This article aims to point to critical discourse analysis as a possible methodology for the critique of neoliberal water governments. As a systematization and problematization of doctoral research in progress, it represents a product that runs through the literature reviews of Foucauldian approaches produced by Diaz-Bone et al (2007) concerning critical discourse analysis, by Connor Cavanagh (2018) concerning Political Ecology in general, and that of Paola Rattu and Rene Veron (2016) concerning Urban Political Ecology of Water. To go beyond these reviews, in each of them some research has been highlighted to delve into the ways in which theoretical and empirical are composed within political-ecological and urbanistic themes, to discuss to what extent they approach or move away from Michel Foucault's work. It is concluded that concepts and strategies are defined in the very network of power relations in which they are inserted, such as the strategy of searching for increasingly distant springs as a discursive regularity that allows understanding the São Paulo water crisis from 2013 to 2015 as a history of the present.*

Keywords: UPE of water; foucauldian approaches; critical discourse analysis; governmentality.

Hacia un análisis crítico-discursiva foucaultiana de los gobiernos neoliberales del agua

Resumen. *Este artículo pretende señalar el análisis crítico del discurso como una posible metodología para la crítica de los gobiernos neoliberales del agua. Como sistematización y problematización de una investigación doctoral en curso, representa un producto que recorre las revisiones bibliográficas de los enfoques foucaultianos producidas por Diaz-Bone et al (2007) en relación con el análisis crítico del discurso, por Connor Cavanagh (2018)*

¹ Esta pesquisa compõe projeto Temático FAPESP "Governança Ambiental na Macrometrópole Paulista face à variabilidade climática". Processo Fapesp número 2015/03804-9.

en relación con la Ecología Política en general y la de Paola Rattu y René Veron (2016) en relación con la Ecología Política Urbana del Agua. Para ir más allá de estas revisiones, en cada una de ellas se han destacado algunas investigaciones para profundizar en las formas de composición entre lo teórico y lo empírico, dentro de temas político-ecológicos y urbanísticos, para discutir en qué medida se acercan o se alejan de la obra de Michel Foucault. Se concluye que conceptos y estrategias se definen en la propia red de relaciones de poder en la que se insertan, como la búsqueda estratégica de manantiales cada vez más lejanos como regularidad discursiva que permite entender la crisis del agua de São Paulo de 2013 a 2015 como una historia del presente.

Palabras clave: EPU del agua; enfoques foucaultianos; análisis crítico del discurso; gubernamentalidad.

1. Introdução

Este artigo coloca a seguinte questão: como estudar um caso de governamentalidade neoliberal das águas urbanas pela caixa de ferramentas de Michel Foucault? O desafio poderia ser tão complexo quanto em qualquer outra pesquisa, se, em humanidades e ciências sociais, Michel Foucault não fosse o autor mais citado na “Web of Science” e na “Google Scholar” (CAVANAGH, 2018, p. 406). E mais, se a produção da literatura de bases foucaultianas não tivesse tanta diversidade em relação às formas metodológicas de mediações entre o empírico e o teórico. É o que está demonstrado nas revisões bibliográficas das abordagens foucaultianas em três agendas de pesquisa: na Ecologia Política por Connor Cavanagh (2018), na Ecologia Política Urbana da Água por Paola Rattu e René Veron (2016) e na Análise Crítico Discursiva por Diaz-Bone et al (2007). Provavelmente, se estivesse estado vivo até a virada do século, poderia ter “coordenado” este animado debate, por meio da publicação de versões finais dos cursos ministrados no Collège de France que, no âmbito desta tese, dizem principalmente respeito aos usos do termo “governamentalidade”, apresentado pela primeira vez na aula de 1º de fevereiro de 1978. De qualquer maneira, não se deveria estranhar a diversidade de abordagens foucaultianas, uma vez que reside na fragmentação e na pluralidade a riqueza do pensamento de Michel Foucault, cujo percurso buscou distância das fórmulas universais para descrever processos históricos pelo acúmulo de práticas discursivas como positividade (DREYFUS et al, 1995, p. IX; ver LEMKE, 2017, p. 95).

As correntes críticas às diversas formas de apropriação da vida humana e não-humana nas relações entre sociedade e natureza estiveram enredadas pelas bases marxianas e marxistas até a década de 1970. Novas questões da vida cotidiana, da vida sexual, da questão das mulheres, da autogestão e outras passaram a exigir um novo instrumental teórico capaz de ir além do modelo crítico das análises de coimplicação entre relações materiais de produção e estruturas político-jurídicas (FOUCAULT, 2005, DEII, p. 329; DELEUZE, 2005, p. 35; ROSE et al, 2006, p. 85; SENELLART, 2008b, p. 499; LEMKE, 2017, p. 113). Particularmente, em relação a interpretação marxista da crise dos anos 1960-1970, as abordagens nem sempre ampliaram a análise para além de uma “crise econômica”, deixando de reconhecer “a extensão das transformações sociais, culturais e subjetivas introduzidas pela difusão das normas neoliberais em toda a sociedade. (DARDOT et al, 2016, p. 26). Sob este pano de fundo a respeito dos limites do marxismo para interpretação do neoliberalismo (idem, p. 21), é que se situa a importância das noções foucaultianas sobre relações de poder, governamentalidade e analítica do poder. Tais contribuições de Michel Foucault para a Ecologia Política (EP) servem de fio condutor para o debate deste Capítulo sobre as abordagens pós-estruturalistas desta agenda de pesquisa em geral e nas pesquisas da Ecologia Política Urbana da Água (EPUA) em particular. O pós-estruturalismo de Michel Foucault está marcado pela noção de sujeito como ser constituído e constituinte no interior de matrizes discursivas², razão pela qual apresenta uma caixa de ferramentas que vem sendo utilizada para a produção de investigações sociais qualitativas. Este artigo pretende apontar pelo menos dois eixos metodológicos na literatura das questões ecológicas de bases foucaultianas. O primeiro parte de noções construídas por Michel

² Perguntou Michel Foucault sobre “o problema do que é o sujeito louco: como se pode dizer a verdade sobre o sujeito doente? Como se pode dizer a verdade sobre o sujeito louco? Foram meus dois primeiros livros. *As palavras e as coisas* se perguntava: a que preço se pode problematizar e analisar o que é o sujeito falante, o sujeito que trabalha, o sujeito que vive?” (2005, p. 319).

Foucault em suas analíticas de poder, como por exemplo, “governamentalidade”, “normação disciplinar”, “normação biopolítica” (ver FONSECA, 2002, p. 214; FOUCAULT, 2008, STP, p. 76 e ss.). Nesta linha, encontram-se um conjunto de produções que, por exemplo, recriam o conceito de governamentalidade em termos de “environmental governmentality” (DARIER, 1996), “environmentality” (LUKE, 1995), “green governmentality” (LUKE, 1999; WATTS, 2002) e “eco-governamentalidade” (GOLDMAN, 2001), ambientalidade neoliberal mercantil, ambientalidade soberana, ambientalidade disciplinar e ambientalidade da verdade (FLETCHER, 2010). E, o segundo parte de análise crítico discursiva cuja variabilidade metodológica está associada a uma tendência de ir além do caráter descritivo de sistemas discursivos, por meio de suas próprias regularidades discursivas, conforme Michel Foucault (2008) pensou em *Arqueologia do Saber* (DIAZ-BONE et al, 2007, p. 4), à medida que as abordagens buscam incluir a uma “analítica” plural e estratégica das relações de poder (FOUCAULTI 1999, HSI, p. 80; ver FONSECA, 2002, p. 95). Nesta segunda linha, estão as pesquisas sobre “environmental subject” (AGRAWAL, 2005) e a arqueologia do abastecimento de água urbana na Suíça (RATTU et al, 2014).

Este artigo pretende contribuir com o acúmulo destas referências dando mais um passo no sentido da especificidade metodológica de algumas pesquisas que podem ter alcançado maior proximidade ao projeto pós-estruturalista de Michel Foucault. Para tanto, está organizado em três seções para além desta introdução e conclusão. A seção 2 apresenta os principais problemas da agenda de pesquisa em Ecologia Política (EP) e em Ecologia Política Urbana da Água (EPUA). A seção 3 discute a diversidade de abordagens foucaultianas na Ecologia Política Urbana da Água”. E, a seção 4 apresenta as linhas gerais “para uma analítica das relações hidrossociais da crise hídrica paulista de 2013 a 2015”. Para uma análise crítico discursiva da governamentalidade neoliberal da água como caminho diante da diversidade de abordagens foucaultianas na Ecologia Política Urbana da Água. Esta sistematização fixa o estágio em que se encontra a presente pesquisa de doutoramento em planejamento urbano regional.

2. Da Ecologia Política à Ecologia Política Urbana da Água

A Ecologia Política é uma agenda de pesquisa cuja perspectiva teórica, desde a década de 1970, vem se reinventando sem perder a unidade na diversidade de abordagens. A EP recolocou a água e a questão ambiental sob uma perspectiva própria de metabolismo entre seres humanos, natureza, território e produção da vida que já vinham sendo objeto de análises estruturalistas (SWYNGEDOUW, 1997). Estudos apontam que Piers Blaikie, entre outros, criaram as condições da EP encontrar uma liga de unidade das pesquisas da EP, afastando-a de discussões teóricas que cercaram o “impasse” nos estudos neomarxistas e o problema associado ao “reducionismo ou determinismo econômico” do trabalho empírico também destes estudos. Os caminhos de saída destes impasses se deram com a virada teórica em direção ao “pós-estruturalismo” e às “cadeias de explicação” multicausais nos anos 1990 (BRYANT, 2008, p. 709, BLAIKIE, 1999; BRYANT, 2015). A unidade da EP em se apresentar como agenda aberta para diversas articulações metodológicas, desde que estas narrativas resultem em análises críticas às políticas ambientais e à degradação socionatural que possibilitem a expressão das desigualdades social, econômica e cultural, bem como a crítica às relações de poder e de produção de saber (ver BLAIKIE, 1999).

As abordagens estruturalistas ainda são muito recorrentes na EP para a compreensão dos conflitos e contestações que emergem na consolidação das instituições neoliberais de Estado (LOFTUS et al 2006; IORIS, 2012; BAKKER, 2010, 2005, 2011, 2013). Contudo, há vários exemplos de análises pós-estruturalistas sobre a questão ambiental: desde as análises que ampliam a perspectiva de dominação da relação capital versus trabalho para outras formas de dominação (principalmente para a questão de gênero), até a perspectiva da linguagem como ferramenta para a construção social da realidade (LOFTUS et al, 2016; LEFF, 2014; FLETCHER, 2010; SWYNGEDOUW, 2009; ROCHELEAU, 2008; ESCOBAR, 1996). Particularmente, os

conceitos de pós-política e governamentalidade permitem a análise dos “arranjos pós-políticos urbanos” cujos processos decisórios acontecem por meio de relações de poder despolitizadas, tendo em paralelo “a ascensão de uma governamentalidade neoliberal que substituiu debate, desacordo e dissenso com uma série de tecnologias de governo que se fundem em consenso, acordo, métricas contábeis e gestão ambiental tecnocrática” (SWYNGEDOUW, 2009, p. 609, apud ŽIŽEK, 1999a: 35; MOUFFE, 2005; ŽIŽEK, 2006).

Tratando ainda das bases teóricas da EP a partir das relações com a Ecologia, tanto Peter Walker (2005) quanto Matthew Turner (2016) apontam as potencialidades analíticas da tradição da EP em buscar a unidade entre natureza e sociedade e entre o território, a política, a economia, a sociedade e a cultura. Por isto, as abordagens da economia política da mudança ambiental demonstram o “engajamento” da Ecologia Política com a Ecologia. As pesquisas da EP não só se dirigem contra a degradação da terra, a análise dos conflitos pelos recursos locais e das falhas nas ações de conservação, mas também se dirigem a criticar as visões dominantes de conservação da natureza, baseadas, por exemplo, em conceitos neoclássicos como “ecoescassez” ou da modernização da gestão, como “new public management” (idem, p. 7).

Ressalta-se o propósito da Ecologia Política de elucidar a interconexão entre diversos atores envolvidos no governo dos recursos naturais, particularmente da água, em seus diferentes níveis e escalas: estabelecendo relações do global para o nacional e deste para o local (FLETCHER et al, 2015, p. 359). Trata-se de abordar o objeto como resultante de processos histórico-geográficos atravessados pelas relações sociais, políticas, culturais e econômicas interescares, dialogando com os autores da Ecologia Política, que compreendem os conflitos e contestações que emergem na consolidação das instituições neoliberais de Estado, como elementos constitutivos do próprio processo (LARNER, 2000; IORIS, 2013; BAKKER, 2010, 2005, 2011, 2013; CASTRO, 2005). Esta discussão teórica da ecologia política urbana da água encontra aproximações com os debates teóricos da financeirização dos serviços públicos essenciais, como arte de governar liberal. As relações entre Estado e mercado acontecem por meio de instituições normalizadas e normalizadoras de condutas estabelecem racionalidades econômicas no âmbito a gestão financeira (tomadas de decisão) em detrimento das racionalidades políticas.

A questão da água se insere na EP pelos processos de controle sobre o fluxo da água que pressupõe o governo dos mananciais e das infraestruturas de reservação, de tratamento e de distribuição de água potável, considerando que o resultado do governo das águas não acontecem sem envolver algum tipo de conflito em relação a desigualdade no acesso, em virtude de diferenças de classe, gênero, raça, bem como em relação ao desrespeito à cosmovisão de comunidades tradicionais e indígenas, que tem na natureza e na água uma relação de indissociabilidade entre vida material e espiritual. Neste sentido, a Ecologia Política Urbana da Água questiona a compreensão da água como “recurso” considerado apenas suas características biofísicas em relação a constatação das demandas em determinados ambientes (tecnocráticas) e em relação as exigências conservacionistas sem contextualização da complexidade social envolvida do ciclo natural da água ao ciclo que inclui a intervenção humana cultural e política (LINTON et al, 2014, p. 3-4). Isto porque a água é um híbrido que se constituiu simultaneamente em uma materialidade conforme o ambiente (portador de elementos humano e não-humano) do qual pode emergir uma pluralidade discursiva e simbólica sobre tais relações (SWYNGEDOUW, 2004: 28). Partindo da materialidade da água, pode-se compreender as implicações entre as condições biofísicas e as relações sociais e políticas que se estabelecem no processo de disputa pelo acesso ao bem natural.

Importante distinção conceitual é feita por Karen Bakker entre H₂O e água. Enquanto H₂O é caracterizada pelas suas condições biofísicas, a água é caracterizada como bem que é consumido pelos seres humanos mediante um conjunto de instituições que controlam o seu uso, seja qual for: de um complexo sistema das grandes metrópoles de abastecimento aos sistemas comunitários de cogestão (ver 2003, p. 48; ver tb. LINTON et al., 2014).

A apropriação do bem natural se dá em função das tecnologias e das relações de poder que estão coimplicadas com as condicionantes da produção e reprodução da vida num dado tempo e espaço. Por isto, compreende-se que os processos de mudança socioambiental nunca são social ou ecologicamente neutros, mas sim que tais processos refletem resultados do modo de produção que, uma vez sustentados por processos sociais de distribuição desigual da riqueza produzida pela sociedade, também possibilitam o acesso à água de forma desigual (SWYNGEDOUW, 2009, p. 57; idem, 1999; BUDDS, 2008, p. 63; LINTON et al, 2014, p. 6). É o que demonstra vários estudos da Ecologia Política (SWYNGEDOUW, 1999; BUDDS, 2008; IORIS, 2012).

A experiência histórica da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário (SAAES) representa uma forma de composição dos mecanismos de poder que está associada ao pensamento de dissociação entre natureza e sociedade em geral e entre H₂O e água potável em particular. Com o neoliberalismo, importa pensar como mecanismos de poder, saber e subjetivação são constituídos e constituintes no acesso desigual à água potável, por meio da expansão urbana desigual, a concentração em metrópoles, a complexos dispositivos de engenharia e a mecanismos de poder. Importa compreender como a redução do âmbito de atuação e regulação estatal na sociedade promoveu a disputa de grandes empresas por espaço junto as organizações públicas para assunção de todo ou parte do sistema. A racionalidade do mercado da concorrência e do sistema de trocas desiguais implica em firmar a água “como uma mercadoria num ambiente de transação livre e espontânea entre proprietários privados, com fins lucrativos, e como commodity no mercado de futuros (AVERSA et al, p. 40; ver CASTRO, 2013, p. 197).

A onda neoliberal de participação privada nos serviços públicos essenciais não veio para ficar, Isto porque, as remunicipalizações ocorrem no contexto de intensa mobilização internacional pelo direito humano à água durante a primeira década de 2000 (BAKKER, 2010, p. 239). Ao final dos anos 2000, a pesquisa KISHIMOTO et. al., (2017, p. 5) apontou uma onda de remunicipalizações no mundo, com 835 remunicipalizações de serviços públicos em geral e 267 de SAAES. Já, nos países desenvolvidos, o número de ocorrências parte de 2 em 2000 para 235 casos em 37 países no ano de 2015 (KISHIMOTO et. al., 2015, p. 10). Por esta pesquisa, a França contou com 106 remunicipalizações de serviços públicos da água, o EUA contou com 61 ocorrências, a Espanha com 27, a Alemanha com 17 e a Argentina com 8 (KISHIMOTO et. al., 2017, p. 6; ver LOBINA, 2017).

3. Diversidade de abordagens foucaultianas na Ecologia Política Urbana da Água 25%

As revisões bibliográficas das abordagens foucaultianas produzidas por Diaz-Bone et al (2007), relativa à análise crítico discursiva, por Connor Cavanagh (2018), relativa à Ecologia Política em âmbito geral e a de Paola Rattu e René Veron (2016), relativa à Ecologia Política Urbana da Água, servem de base para situar a diversidade de formas de composição entre teórico e empírico em algumas análises pós-estruturalistas voltadas às questões político-ecológicas e urbanísticas. Para a discussão de uma metodologia foucaultiana dentro do tema das águas, faz-se necessário pensá-la em diálogo com o acúmulo que a literatura vem alcançando dentro da investigação social qualitativa, como percurso que se inicia do âmbito geral pela análise crítico discursiva (ACD), passa pelo âmbito intermediário da Ecologia Política (EP) e alcança o âmbito específico da Ecologia Política Urbana da Água (EPUA). Com efeito, esta seção se subdivide entre estes três âmbitos.

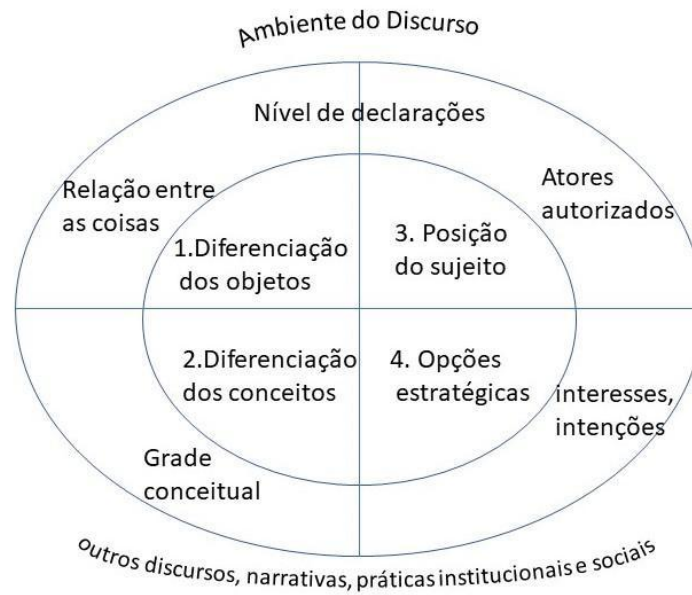
3.1. Análise crítico discursiva foucaultiana

Pode-se afirmar que a abordagem discursiva foucaultiana se constitui em uma importante referência metodológica da investigação qualitativa em âmbito internacional, tendo seu início na década de 1960, uma certa retração na década de 1980 e uma retomada a partir da década de 1990 (DIAZ-BONE et al, 2007, p. 6-7). A revisão Diaz-Bone et al (2007) percorreu a produção de análises crítico discursivas produzidas em países: França, Alemanha, Reino Unido, Áustria e Países Baixos e Espanha. Diaz-Bone et al (2007, p. 21). E, concluiu que há diferentes tendências nessas investigações de influência foucaultiana sobre o discurso, o que está associado, entre outras questões, a inexistência de uma teoria do discurso como parâmetro para a análise crítico discursiva foucaultiana (idem; DREYFUS et al, 1995, p. IX). No caso do filósofo francês, a trajetória segue o caminho contrário ao das fórmulas universais, como já apontado na introdução deste Capítulo.

Sobre a inexistência de uma teoria do discurso de Michel Foucault, é importante registrar que, após a publicação de *A Arqueologia do Saber* em 1969 (FOUCAULT, 2008, AS), há um desvio brusco de um intento de elaborar uma teoria do discurso para o sentido da produção de um método que tem como ponto de partida a genealogia de Nietzsche, para lhe permitir associações entre verdade, teoria, valores, instituições e práticas sociais, as quais são resultantes que emergem dentro da própria rede de relações de poder em que estão em que estão inseridos (DREYFUS et al, 1995, p. XXI). Entretanto, não seria correto supor que o método arqueológico tenha sido abandonado: “Foucault abandona somente a tentativa de elaborar uma teoria das regras que governam os sistemas de práticas discursivas. Como uma técnica, a arqueologia serve para isolar discursos-objetos, ela serve para distanciar e desfamiliarizar os discursos sérios das ciências humanas” (idem). Em outros termos, *A Arqueologia do Saber* pode ser situada como uma analítica das condições de existência (e não condições de possibilidade do conhecimento), nas quais são produzidos os enunciados visando extrair as positivities destas mesmas condições de existência (OLIVEIRA, 2008, p. 171). Pois, nesta obra, o objeto de Michel Foucault não é a linguagem, mas sim o arquivo, como a existência acumulada de discursos (FOUCAULT, 2008, AS, p. 141).

Para situar esta agenda de pesquisa, apresenta-se dois exemplos de análises que problematizam a produção discursiva do espaço (BAURIEDL, 2007) e as racionalidades políticas e tecnologias de administração de um programa governamental (HAIDAR, 2007). Como exemplo de abordagem que problematiza o regime de verdade concretamente produzido, a partir da análise da prática institucional e da análise discursiva, o estudo de Sybille Bauriedl (2007) incorpora o sentido espacial das práticas discursivas ao discurso situado no contexto social e histórico. A produção discursiva do espaço e da localização está referida nas práticas e conceitos, por meio da constituição de sistemas de significação de “espaço” e de “localidade” e de “lugar” na formação discursiva. Para a análise qualitativa dos documentos, a pesquisa considera as unidades discursivas d’ *A Arqueologia do Saber*: objeto, conceito, posição do sujeito e estratégias (BAURIEDL, 2007, p. 13), conforme Figura 1, a seguir:

Figura 1 - Regra e sistema de formação discursiva segundo Michel Foucault



Fonte: Bauriedl (2007, p. 13).

As associações entre as unidades discursivas (1, 2, 3 e 4) possibilitam a problematização das metáforas espaciais inscritas na ordem discursiva da política de sustentabilidade da cidade de Hamburgo. A materialidade da execução do Projeto de Desenvolvimento Urbano HafenCity, como acúmulo discursivo, é confrontada com as próprias metáforas espaciais da ordem discursiva sobre sustentabilidade (idem) estabelecidas no Projeto.

Outra referência metodológica para os objetivos desta pesquisa, é o artigo de Victoria Haidar (2007), que, diferentemente do anterior, situa sua metodologia mais dentro da agenda da análise crítica discursiva orientada textualmente (FAIRCLOUGH, 1992), cujas bases servem para a discussão da governamentalidade neoliberal inscrita no programa para riscos de acidente de trabalho da Argentina entre os anos de 1907 e 1915 (HAIDAR, 2007). O artigo busca articular programas governamentais, racionalidades políticas e tecnologias de administração numa determinada montagem que relaciona historicamente diferentes problemas para a constituição de um dispositivo (HAIDAR, 2007, p. 3, apud FOUCAULT, DE-IX, 2014, p. 44). No início do século XX, o Departamento Nacional de Trabalho da Argentina atuou pela instituição do sistema público de seguro obrigatório para acidentes de trabalho. Técnicas administrativas, de cálculo e mecanismos de controle foram mobilizados para produção e organização dos números relativos a quantidade e a frequência de acidentes de trabalho, as causas e a profissão dos trabalhadores, de acordo com a gravidade das lesões ocorridas (HAIDAR, 2007, p. 5-6). Ao Departamento não só coube a produção publicações sobre a descrição da realidade pelos aspectos quantitativos, mas se tornou um centro de interpretação das corretas práticas jurídicas no âmbito do judiciário, do legislativo e das relações contratuais entre empresários e companhias de seguros, o que permitiu “compreender a insistência na produção de uma semiose destinada a interpretar os materiais legais acima mencionados para intervir sobre os mesmos, na direção de sua reforma, o que dá origem à configuração de um discurso jurídico” (idem, p. 8). A análise crítica discursiva das práticas do Departamento vieram a se constituir em projeto de legislação que propunha “o dispositivo da responsabilidade objetiva por risco profissional e o seguro obrigatório”, como decisão política resultante de diversas tecnologias de poder que estruturaram a conduta de diversos sujeitos em práticas efetivas. A autora buscou situar tal dispositivo numa interface entre o ponto de vista social da nova legislação e o liberalismo, numa copresença em que o primeiro se situa com o caráter alternativo, em face da ordem do discurso liberal com o caráter dominante (idem, p. 20, apud FAIRCLOUGH, 2001).

Trata-se de análise de uma prática social por suas intertextualidades. Contudo, a metodologia não distingue claramente o conceito de prática da agenda crítica discursiva orientada textualmente (FAIRCLOUGH, 1992) em relação a uma análise crítica discursiva foucaultiana: “tanto a consideração dos discursos como parte de práticas sociais como a demarcação de que existem discursos dominantes coincide com a perspectiva foucaultiana” (HAIDAR, 2007, p. 4, nossa tradução). Para a autora, bastou tal aproximação pelo aspecto comum de que ambos pressupõem relações de dominação e de hegemonia em mecanismos de poder (idem, nota 4). A questão é que as práticas emergem em redes de relações de poder cuja análise resulta na definição de positivities como condição de existência dos enunciados (FOUCAULT, (2008, AS, p. 144). Isto porque enunciados, objetos, posições dos sujeitos e conceitos podem ser associados, por meio lógicas estratégicas imanentes às regularidades discursivas, o que difere do estabelecimento de relações dialéticas marcada pelo modelo normativo das análises crítico discursiva de orientação marxista. A outra questão é que, como as relações de poder se constituem num campo estratégico, em que condutas e contra-condutas são constituídas e constituintes por práticas que se opõem, mediadas por relações estratégicas e não por relações dialéticas que opõem opressores e oprimidos, aqueles que têm acesso e não têm acesso à água.

A revisão de Diaz-Bone et al (2007), após passar por várias referências, conclui que as abordagens discursivas foucaultianas devem explicitar sobre a coerência de sua prática em relação aos pressupostos e procedimentos foucaultianos e sobre o grau de correspondência com a noção de regularidade discursiva de Michel Foucault (idem, p. 21). Os dois estudos destacadas apontam justamente a diferença em que as metodologias consideram o referencial foucaultiano. Para Diaz-Bone (idem), um problema central das metodologias está em se definir formas específicas de desenhos de pesquisa, modos de explicação, “standards” metodológicos e critérios de qualidade para a avaliação da análise foucaultiana (idem). Na busca de uma linha arqueológica e genealógica, destaca-se o intento de uma literatura nacional e internacional de discutir e definir metodologias para análise dos fenômenos linguísticos-discursivos particularmente utilizando-se da caixa de ferramentas de Michel Foucault: os dispositivos e a arqueogenealogia para a formação dos estudos dos discursos (SARGENTINI, 2015, p. 18; idem, 2019); ou, metodologia da análise foucaultiana do discurso (DIAZ-BONE, 2007).

Para os efeitos desta pesquisa, a avaliação da bibliografia de Diaz-Bone (2007), em relação à diversidade de abordagens e ao grau de correspondência em relação aos pressupostos foucaultianos, como se observará a seguir, aparece também na avaliação da Ecologia Política Urbana da Água foucaultiana: “o objetivo da Ecologia Política Urbana Foucaultiana da água não deveria focar sobre processos de formação de ambientes (desiguais), mas sobre como regimes de poder sustentam arranjos específicos de ambientes e sobre os seus próprios discursos” (RATTU et al, 2016, p. 148, nossa tradução). Além disto, a utilização do conceito governamentalidade chama muito atenção também na Ecologia Política (CAVANAGH, 2018, p. 407). Estes aspectos foram recorrentes, ao serem tratados por essa literatura, ao longo de boa parte desta pesquisa de doutoramento, razão pela qual impuseram o dever de aprofundamento teórico-metodológico, como exercício de sistematização das bases sobre a arqueologia e a governamentalidade de Michel Foucault, para a finalidade de definição das ferramentas de análise desta pesquisa. Pois, define-se “instrumentos que são destinados a fazer aparecer objetos” e que são corrigidos através dos objetos que se pensa descobrir e que, uma vez corrigidos, faz aparecer que o objeto definido não era exatamente aquele (FOUCAULT, 2003, DEIV, p. 229).

3.2. Alguns apontamentos sobre o pós-estruturalismo na Ecologia Política

Um debate crítico sobre a produção das Ecologias Políticas de bases foucaultianas pode partir de um movimento circular de problematização entre a discussão geral desta literatura em relação ao lugar do pensamento de Michel Foucault no pós-estruturalismo e a discussão específica

sobre as formas de utilização dos conceitos foucaultianos pelas Ecologias Políticas. Se, em *Arqueologia do Saber*, Michel Foucault “simplesmente transferiu o problema da autofundamentação da representação para a objetivação” (DREYFUS et al, 1995, p. 106), é necessário que os conceitos do pensador francês sejam considerados como construções que emergem da sua própria analítica, o que ocorre uma vez que seja identificado as regras de formação do discurso como condições de existência, de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento dos enunciados, o que parte da “arqueologia como uma análise das regras e normas que regulam o locutor quanto à sua validade” (DREYFUS et al, 1995, p. 106; FOUCAULT, 2008, AS, p. 43).

O pós-estruturalismo de Michel Foucault questiona a produção das ciências humanas que busca fundamentar o conhecimento numa certa mobilidade transcendental daquilo “que é dado à representação ao que torna possível a representação, mas que é ainda uma representação” (FOUCAULT, 1999, PC, p. 503-504). Por isto, é que se pode afirmar que a questão das ciências humanas para Michel Foucault se dirige ao como se pode dizer a verdade sobre determinado dado de realidade. Pois, nos seus dois primeiros livros, perguntou Michel Foucault (2005, DEII, p. 319) sobre “o problema do que é o sujeito louco: como se pode dizer a verdade sobre o sujeito doente? Como se pode dizer a verdade sobre o sujeito louco?”. Também em *As palavras e as coisas*, ele se perguntou: “a que preço se pode problematizar e analisar o que é o sujeito falante, o sujeito que trabalha, o sujeito que vive?”. Assim, qualquer abordagem foucaultiana que desconsidere que sua teoria não expressa, não traduz, não se aplica, mas que é um por si só uma prática (FOUCAULT; DELEUZE, 1998, Micro, p. 71), pode correr o risco da produção de conhecimento fundada em noções de representação e objetividade que foram superadas pelo pós-estruturalismo de Michel Foucault.

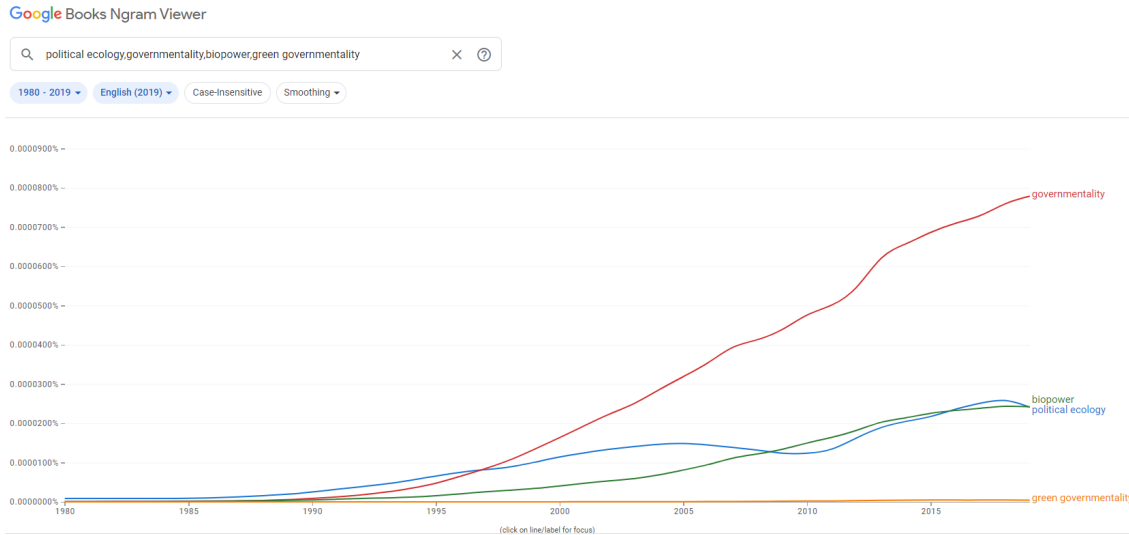
Nesta subseção, a revisão bibliográfica de Connor Cavanagh (2018), que percorre uma extensa literatura sobre as ecologias políticas da conservação e da mitigação das mudanças ambientais com o objetivo de ampliar o diálogo entre a biopolítica e a ecologia política, é considerada para problematizar a forma pela qual os pesquisadores utilizam a caixa de ferramentas de Michel Foucault. Dois estudos são destacados para pensar que o problema não está na utilização de um conceito ou outro do pensador francês, mas como são utilizados em face do projeto crítico pós-estruturalista.

O artigo de Connor Cavanagh (2018), talvez em função dar larga produção analisada num horizonte de 30 anos, tenha optado por um recorte pelos conceitos foucaultianos mais utilizados para apontar a falta de relevância do conceito de biopoder na agenda da Ecologia Política. O autor pretende apresentar um caminho para as pesquisas, por meio do conceito de biopoder. Isto porque, ele parte da constatação de que as pesquisas, embora sejam esclarecedoras das realidades estudadas, elas têm procurado criticar, reformular ou mesmo defender o abandono dos conceitos de biopolítica e biopoder de Michel Foucault (CAVANAGH, 2018, p. 411). Assim, sugere que tal aproximação aconteça por meio de investigações que estabeleçam novas fronteiras com estudos relacionados: i) à variedade e multiplicidade de modos de governamentalidade e biopoder; ii) à crítica da infraestrutura ecossistêmica, risco, y biopolíticas “reflexivas”; iii) à história ambiental, colonialismo e as genealogias do biopoder; e, iv) à proliferação de neologismos como, por exemplo, ontopoder (MASSUMI, 2015), geontopoder (POVINELLI, 2016) e necropolítica (MBEMBE, 2018).

A crítica de C. Cavanagh sobre a posição secundária dos conceitos de biopolítica e biopoder não está sustentada apenas na forma pela qual os conceitos foucaultianos são apropriados pelas pesquisas de geógrafos, antropólogos e ecologistas políticos quando apresenta alguns dados quantitativos da prevalência e utilização do conceito de governamentalidade de Michel Foucault. O autor apresentou os resultados do visualizador Ngram do Google Books das palavras chaves “governmentality”, “political ecology”, “biopower” e “green governmentality”. Há substancial superioridade de referências à “governmentality” em relação a “political ecology”, enquanto o termo “biopower” apresenta uma curva muito próxima a do “political ecology” (Figura – 3, a

seguir). Para além destes termos pesquisados pelo autor, pode-se também notar a ínfima utilização do termo “green governmentality”:

Figura 2 - Curvas de recorrências dos termos “governmentality”, “biopower”, “political ecology” e “green governmentality” de 1980 a 2019 no visualizador ngram do google books



Fonte: Cavanagh (2018, p. 407) atualizado.

Para C. Cavanagh, a prevalência da utilização do conceito de governamentalidade em relação ao de biopoder está relacionada ao processo de inserção das traduções inglesas de textos e obras de Michel Foucault. A evidência de utilização do termo “governmentality”, a partir da década de 1990, está associada publicação do volume intitulado *The Foucault effect: studies in governmentality*, em 1991, sob a coordenação de Graham Burchell et al (1991). Nesta obra, consta o capítulo 4, denominado “governmentality”, como a aula oferecida no Collège de France em 1º de fevereiro de 1978. A obra integral, o curso *Security, territory, population*, foi publicada em inglês em 2007 (FOUCAULT, 2008). Se na subseção anterior, ficou registrado a complexidade de uma análise discursiva ou uma análise arqueológica, em face das pesquisas em andamento na agenda da análise crítico discursiva foucaultiana, nesta subseção pretende-se situar a complexidade dos conceitos de governamentalidade e biopolítica. A partir destes dois eixos é que se organizou o próximo Capítulo, que se inicia pelo debate teórico sobre a arqueologia e a governamentalidade para, então, definir-se um caminho instrumental de análise desta pesquisa.

Em relação a diferentes abordagens pós-estruturalistas de herança foucaultiana na Ecologia Política, destaca-se que Robert Fletcher (2015, 2010) discute sua própria versão de governamentalidade neoliberal, baseando-se em diferentes processos de subjetivação como ambientalidades, o que se difere das demais que trazem um foco nos processos disciplinares, como por exemplo de Agrawal (2005a, 2005b) ou que, dialogando com Luke (1999a, 1999b), descreve a forma disciplinar da governamentalidade conservacionista (FLETCHER, 2010, p. 176). Estes autores se apropriaram dos conceitos foucaultianos para representar a existência de uma “governamentalidade verde”, como forma de inculcar parâmetros de valores éticos cujas estratégias estão voltadas a conservação ambiental neoliberal para orientar e regular os comportamentos humanos (idem, p. 175). A crítica destes ecologistas políticos é que, primeiro, há saberes constituídos nas práticas conservacionistas, os quais, segundo, representam uma racionalidade neoliberal hegemônicas que orientam as ações em termos de análise de custo-benefício (idem, p. 176). Destaca-se as questões metodológicas em duas análises que

situam uma abordagem pós-estruturalista com base no conceito de governamentalidade. A primeira é a de Robert Fletcher (2010) no artigo “Neoliberal environmentalism: towards a poststructuralist political ecology of the conservation debate” e a segunda é a de Arun Agrawal (2005) no artigo “Environmentalism: Community, Intimate Government, and the Making of Environmental Subjects in Kumaon, India”.

Robert Fletcher destaca quatro principais ambientidades que, por sua vez, podem ser combinadas em perspectivas específicas dentro do debate sobre conservação ecológica: neoliberal mercantilista, soberana, disciplinar e verdade (FLETCHER, 2010, p. 177; CAVANAGH, 2018, p. 411). A primeira e talvez a mais geral, diz respeito a ambientidade neoliberal mercantilista que orienta a subjetivação pelo princípio racional de cálculo de custo-benefício. A segunda se refere a ambientidade disciplinar de Agrawal (2005a) que se dirige a criar “sujeitos ambientais” por meio da difusão de normas éticas. A terceira é a ambientidade soberana que estabelece práticas de conservacionismo por meio do controle e cercamento das áreas protegidas, realizados pelos governos centrais, permitindo o acesso apenas às elites nacionais e internacionais por formas de despossessão contra comunidades tradicionais e indígenas, como por exemplo, pelo turismo (área de estudo de R. Fletcher). Finalmente, uma quarta é a ambientidade da verdade que Robert Fletcher explicita como uma perspectiva defendida por ecologistas profundos, em virtude de defenderem “uma abordagem particular à preservação de recursos baseada em alegações sobre a interconexão essencial dos seres humanos com a natureza..., como os praticados por muitos povos indígenas com base no chamado conhecimento ecológico tradicional” (2010, p. 177). É importante salientar que, nesta distinção conceitual, o objetivo do autor é revelar diferentes linhas de pesquisa em que uma análise da governamentalidade pode ser realizada.

Portanto, a questão de Robert Fletcher é revelar diferentes ambientidades, cujas identidades se verificam a partir das peculiares relações que se estabelecem entre os domínios poder, saber e subjetivação, constatadas nas práticas conservacionistas neoliberais. Com efeito, busca “entender as especificidades ambientais que informam as posições das diferentes partes interessadas em relação à gestão apropriada de recursos dentro de um dado contexto” (FLETCHER, 2010, p. 180). O objetivo deste autor é demonstrar que a própria definição dos parâmetros de análise das práticas conservacionistas neoliberais possibilita distinguir crenças e suposições nas quais elas são baseadas e as diferenças entre posições concorrentes, permitindo a abertura de espaço “para uma comunicação mais efetiva entre conservacionistas de vários campos, facilitando a colaboração construtiva no interesse de um futuro sustentável” (idem, p. 181).

É importante situar que a noção de governamentalidade do pensador francês emerge num contexto de autocrítica de sua própria obra (como se discutirá na seção 3.2 do próximo Capítulo), quando realizou um deslocamento da questão “saber-poder” para a de “governo dos seres humanos”. O tema governo em Michel Foucault apresentou um deslocamento conceitual das relações de poder como matrizes das formações de saber e das formas de subjetivação para colocar o governo como matriz das próprias relações entre os três domínios: as formações de saber, os mecanismos de poder e as formas de subjetivação (FONSECA, 2006, p. 156-157). O que significa dizer que a compreensão de cada um dos três domínios é derivada da compreensão das relações que são estabelecidas entre os três domínios numa determinada relação social (ou acontecimento). Isto porque, as relações de poder podem se tornar e, algumas vezes, constituem-se num confronto entre adversários. Assim, também as relações numa sociedade abrem espaço para mediações pelo emprego de mecanismos de poder: “instabilidade, portanto, que faz com que os mesmos processos, os mesmos acontecimentos, as mesmas transformações possam ser decifrados tanto no interior de uma história das lutas quanto na história das relações e dos dispositivos de poder” (FOUCAULT, 1995, p. 23).

A pesquisa de Arun Agrawal (2005) está voltada a análise dos processos de subjetivação e correlação com a formação e vigência das regras dos Conselhos Florestais do governo de

Kumaon na Índias. O autor apresentou parte de sua pesquisa sobre a participação na proteção florestal pela população local e nos Conselhos Florestas desde o ano 1931, mas seu foco principal está no período pós década de 1980 (AGRAWAL, 2005, p. 161). As condutas de extração predatória da floresta passam para as condutas de cuidado quando as regras afirmam a propriedade e legalidade da posse dos aldeões enquanto uma comunidade-proprietária que também é uma comunidade-gestora (idem, p. 170). Baseando-se em provas extraídas de registros de arquivo e trabalho de campo realizado, o autor aplicou o mesmo conjunto de questões que, em parte alcançaram o mesmo grupo de pessoas em 1989 e 1993 (idem, p. 167). O artigo examina como a prática ambiental (“environmental practice”) conduz a novas formas do sujeito compreender o meio ambiente (“environmental subject”). Para o autor, a prática ambiental é a conexão chave entre a regra reguladora governamental forma e caracteriza particularmente as subjetividades (idem, p. 170)

O próprio autor reconheça que sua metodologia é uma simplificação da arquitetura conceitual foucaultiana. Particularmente, não optou por não entrar na calorosa discussão sobre ética produzida por Michel Foucault do últimos escritos. Contudo, isto foi feito em favor de focar na problematização teórico-social sobre a produção de subjetividade, confrontando o sujeito contra um contexto social e político para pensar a formação do sujeito concretamente e não abstratamente (idem, p. 180).

3.3. *Ecologia Política Urbana da Água foucaultiana*

A revisão elaborada por Paola Rattu e René Veron (2016) caminha para a especificidade da literatura das questões ecológicas da água, por meio da discussão metodológica que situa as abordagens foucaultianas numa complementaridade em relação a forte e histórica predominância marxista da Ecologia Política Urbana da Água. Esta agenda dentro da agenda da Ecologia Política ganha espaço a partir da década de 2000.

Os autores apontaram a importância de um pós-estruturalismo foucaultiano que possibilita avançar das análises políticas dentro dos binômios perdedores/vencedores e dominados/dominantes para análises sobre como estruturas poder e saber condicionam a percepção e as condutas dos sujeitos (RATTU et al, 2016, p. 149), o que vem propiciando o alargamento dos casos a serem estudados no âmbito de micropoderes e de visibilidade de lutas de situações de injustiça (idem, p. 157). Para estes autores, a complementaridade pode ser entendida no sentido de que “a adoção de métodos e conceitos foucaultianos tem sido frequentemente apoiada num quadro marxista, e a investigação empírica no domínio da UPEA tem também como objetivo principal mostrar ‘a produção sacionatural desigual de paisagens hídricas urbanas’” (RATTU et al, 2016, p. 143-144).

P. Rattu e R. Veron (2016, p. 153) apontam problemas nas formas de apropriação do conceito de governamentalidade de Michel Foucault, as quais em nada diferem do conceito de governança. É o caso da definição de “hydromentalidade” de Lankford (2013, p. 262) que produz associações genéricas entre conhecimento, política e instituições relacionadas a água, referindo-se “aos conhecimentos de engenharia da água, às referências consultivas, políticas e instituições que surgem em resposta ao controle dos desafios de acesso à água”. A fim de aprofundar a discussão sobre biopoder e governamentalidade a partir da própria obra de Michel Foucault, discute-se apenas o artigo de P. Rattu e R. Véron (2015), “How to govern the urban hydrosocial cycle: Archaeo-genealogy of hydromentalities in the Swiss urban water sector between 1850 and 1950”.

P. Rattu e R. Véron (2015) produzem uma arqueologia do abastecimento de água urbana na Suíça entre 1850 e 1950, com o objetivo de discutir biopoder e governamentalidade neoliberal a partir da análise arqueológica de quatro grupos de problemas da história da água Suíça: i) água boa: água como tratamento médico e medicinal; ii) água má: a água como vector de doenças; iii) nova água: estabelecimento de infraestruturas de água a nível urbano e regional; iv) falta de

água: seca, aumento da procura de água, poluição (RATTU et al, 2015, p. 38 e ss.). Estes grupos de análise se apresentam como regularidades discursivas que orientam a problematização e distinção entre mecanismos biopolíticos e processos de governamentalidade neoliberal. Para os autores, “enquanto o biopoder e a biopolítica se concentram na gestão e maximização da vida dos indivíduos e populações humanas, a governabilidade neoliberal está centrada na economia e na racionalidade” (idem, p. 35). Eles reconhecem que esta conceituação é um desvio em relação a proposta de Michel Foucault (idem, p. 41).

Tal distinção não parece ser adequada, em razão de como estes conceitos são concebidos na obra de Michel Foucault no final da década de 1970. A concepção de poder foucaultiana já se apresentava como um avanço em relação às concepções tradicionais, uma vez definidas as noções de poder disciplinar e de poder normalizador na obra *Vigiar e punir* (1975) e nos cursos de 1971 a 1975 no Collège de France (FONSECA, 2002, p. 97). Estes avanços consistiam na compreensão da normalização disciplinar estudada como tecnologia política do corpo dentro de uma economia política do poder de punir. Contudo, tais análises são elaboradas em referência ao domínio institucional em que as normas são produzidas e aplicadas (idem, p. 121 e ss.). Por esta análise do poder, o corpo está diretamente inserido num campo político e imerso dentro daquelas relações de poder que sustentavam uma “melancólica festa da punição”, como uma cerimônia que obriga e sujeita o corpo para marcá-lo, dirigi-lo e supliciá-lo (FOUCAULT, 2001, VP, p. 12 e 29). A questão é que “este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, a sua utilização econômica; ... o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (idem, p. 29). Dentro deste momento da produção foucaultiana, marcada pelo eixo saber-poder, as relações de poder são como “matrizes” cuja análise busca compreender como se operacionaliza as formações de saber, os mecanismos de poder e as formas de subjetivação (FONSECA, 2006, p. 157).

No ano de 1976, duas obras de Michel Foucault marcam o deslocamento do eixo saber-poder: A vontade de saber, primeiro volume da História da Sexualidade (1999); e o curso *Em defesa da sociedade* no Collège de France (2005, DS). Nestas obras, fica marcada uma noção de poder foucaultiana denominada pelo filósofo francês por “biopoder”, que se contrasta à noção de poder vinculado à soberania. Trata-se da identificação das relações de poder com processos de controle e normalização dos comportamentos individuais e da população, como dois polos integrados de transformação do poder sobre a vida (LEMKE, 2017, p. 60, apud FOUCAULT, 1999, HSI, p. 131). O primeiro polo, a partir do século XVII, que se centrou no corpo como máquina com o objetivo do seu adestramento, da sua ampliação de aptidões, da extorsão de suas forças, do desenvolvimento de sua utilidade e docilidade, da sua integração aos sistemas de controle de eficiência econômicos, “tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano” (FOUCAULT, 1999, HSI, 131). Neste polo de poder, o corpo é objeto de disciplinamento. O segundo polo, a partir de meados do século XVIII, que se centrou no “corpo-espécie” humana, no corpo humano como ser vivo cuja existência biológica está vinculada aos fenômenos de massa que atingem o conjunto da população, controlada por meio de indicadores estatísticos de natalidade, mortalidade, longevidade, saúde pública e outros. Neste segundo polo de poder, o “corpo-espécie” é objeto de “controles reguladores: uma biopolítica da população” (idem). Por esta noção de relações de poder pensada na composição entre os dois polos de controle do corpo humano e da população, a ideia de poder-lei passa por mais uma rodada da crítica de Michel Foucault, o que permite, nestas duas obras de 1976, fazer uma oposição entre modelo jurídico de análise do poder e modelo da estratégia ou da normalização. Pois, no primeiro o poder é descrito em termos de interdição cuja manifestação se identifica na enunciação da lei; e, no segundo “o poder é pensado em termos de enfrentamento de forças, de mecanismos e estratégias, ... sendo antes produtor de gestos, discursos, enfim, de individualidades” (FONSECA, 2002, p. 103-104 e 211).

4. Para uma analítica das relações hidrossociais da crise hídrica paulista de 2013 a 2015

Ao se observar os acontecimentos da mais recente de crise de abastecimento de São Paulo, ocorrida entre 2013 a 2015, há uma compulsão em buscar sentidos de causalidade e de origem histórica a respeito da forma pela qual o acesso à água potável e ao tratamento de esgoto vem ocorrendo na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e também na Macrometrópole Paulista. As análises focadas infraestruturas, de caráter instrumental, em geral, normalizam os déficits, por problemas de planejamento, de orçamento e da própria forma da expansão populacional e territorial, segundo um discurso que se baseia em “fatos fidedignos” da realidade da crise, cuja solução de buscar mananciais cada vez mais distantes é inevitável (PORTO et al, 2014, p. 20; SILVA, 2015; BRAGA et al, 2016, p. 52). Estes saberes, que emergem dentro da singular forma de urbanização, metropolização e macrometropolização de São Paulo, não somente são passíveis de crítica, porque pressupõe a dissociação entre sociedade e natureza, mas também porque são constituintes e constituídos por conceitos e estratégias dentro de uma rede de relações de poder, de uma arte de governar, ou melhor, de uma governamentalidade liberal e neoliberal das águas. Discutir a condução da conduta dos(as) técnicos(as), sob o pressuposto da inevitável solução de abastecer a Macrometrópole Paulista em detrimento de outros territórios hidrossociais, poderia parecer desnecessária, se ela já não estivesse sendo travada desde no início do século XX.

A razão de escolha da análise discursiva foucaultiana está justamente justificada pela possibilidade de descrever como tais processos acontecem. Trata-se de partir do pressuposto metodológico de que as relações de poder envolvidas no acesso à água, nestes territórios e relações hidrossociais transformadas ao longo do tempo, não são compreendidas meramente pelas relações de causalidade entre redução de índices pluviométricos, ordem jurídica estabelecida e soluções de políticas públicas urbano regionais e nem pela descrição desta continuidade histórica, mas sim pela problematização a respeito de como é constituído o regime de verdade (ou “leis”) que sustentam as práticas normalizadas e normalizadoras voltadas a viabilizar o acesso à água durante a referida crise de abastecimento.

Com efeito, o intuito é questionar a racionalidade das práticas discursivas e não-discursivas do governo das águas durante as crises de estiagem ao longo do século XX, uma vez que, de fato, resultaram tanto na produção de segurança hídrica quanto de insegurança hídrica, uma vez que os serviços foram prestados, de forma diferenciada, para população que ocupava respectivamente as zonas altas e zonas baixas da cidade de São Paulo. O que importa não é a verificação se o governo das águas, durante as crises de abastecimento, esteve orientada por uma definição de princípios, sejam normativos por razões de justiça social ou teóricos por razões de técnica instrumental de projeto de infraestrutura de engenharia, o que importa é buscar uma inteligibilidade no conjunto de práticas de saber, poder e subjetivação nas quais se constituíram como um regime de veridicação do conceito de “crise” utilizado para se referir à situação permanente de déficit de acesso à água e ao esgotamento sanitário. Isto porque a problematização das crises de abastecimento, não só aquelas localizadas no século XX, como também a crise de 2013 a 2015 e aquelas que estão por vir, acontecerão certamente, em razão da crise ecológica vivida pela sociedade neoliberal.

Para compreender as crises de abastecimento da cidade, da metrópole e da macrometrópole de São Paulo, como acontecimento singular, deve-se questionar aquilo que parece óbvio na história de formação dos respectivos territórios e ciclos hidrossociais: perguntar se realmente a única saída para acesso à água na Região Metropolitana de São Paulo é buscar mananciais cada vez mais distantes? Trata-se de mostrar que tal forma de governar as águas não é “tão necessária assim” e nem é “tão evidente assim”; pois, as relações entre poder, saber e subjetivação podem retirar das margens das relações do poder mais do que relações de causalidade entre os limites naturais do macroterritório, sua demanda hídrica e as soluções para os problemas de alta concentração urbana, podem colocar no centro da analítica condutas minimizadas e invizibilizadas.

As formas pelas quais Michel Foucault concebe a “acontecimentalização” (2003, DE4-port, p. 339) e o problema sobre “como acontece o poder” (1995, p. 241) oferecem a base teórica para a problematização das práticas discursivas e não-discursivas. A reconstituição do acontecimento em sua singularidade histórica consiste em reencontrar conexões, apoios, bloqueios, jogos de força e estratégias que, num dado momento, viabilizaram a prática discursiva e não-discursiva como uma evidência “irrefutável” (FOUCAULT, 2003, DE4-port, p. 339). Aqui ele está a se apropriar da expressão mais geral do termo “acontecimentalização” (2003, DEIV, p. 339), associando-o à discussão que faz particularmente sobre “como acontece quando os indivíduos exercem seu poder sobre os outros” no artigo “O Sujeito e o poder” (1995, p. 240). Ao se associar ambas referências sobre a forma pela qual Michel Foucault tratou do termo “acontecimento”, é possível interpretá-las como uma parte da estrutura metodológica de análise discursiva foucaultiana que diz respeito a apresentação da história como acontecimento singular, o que pressupõe considerar o acontecimento decomposto em sua multiplicidade processual que, por sua vez, pode se decompor internamente em outros processos, razão pela qual esta maneira de análise implica num polimorfismo crescente (FOUCAULT, 2003, p. 339-340).

6. Conclusões

Este artigo buscou delinear os contornos da pesquisa pós-estruturalista foucaultiana dentro da agenda da Ecologia Política Urbana da Água. Diante da diversidade de formas de articulação entre o teórico empírico na utilização da caixa de ferramentas de Michel Foucault, partiu-se de três revisões bibliográficas: duas delas dentro do próprio campo da ecologia política e a terceira dentro do campo da análise crítico discursiva. Esta opção se deu com o intuito de trazer outras fontes para a Ecologia Política vindas de um campo de pesquisa cuja principal preocupação metodológica é o discurso.

Este exercício está sendo de grande importância para a pesquisa de doutoramento que se encontra em progresso. A riqueza e diversidades de abordagens criaram um impasse sobre qual seria o melhor caminho a seguir, obrigando a um maior aprofundamento direto na obra de Michel Foucault, a respeito da arqueologia e da governamentalidade. Primeiro, porque a *Arqueologia do Saber* de Michel Foucault não foi um projeto sem rupturas e, ao “instituir[r] um novo modo de abordar o domínio do discurso, tomando-o como acontecimento enunciativo na sua imanência histórica” (OLIVEIRA, 2008, p. 171), exige estudos que a compreendam em relação às demais obras, a fim de que a definição metodológica desta pesquisa não se deixa escapar para uma lógica normativa de análise de poder. Segundo, porque a noção de governamentalidade na obra de Michel Foucault além de orientar a compreensão da arte de governar liberal, pode ser considerada como uma grade de análise das práticas de governo (SENEILLART, 2008b, STP, p. 521). De fato, uma vez que Michel Foucault tenha abandonado o projeto de uma teoria geral do discurso, acaba por legar que o caminho deve ser construído caminhando: diz o filósofo: “eu tateio, fabrico, como posso, instrumentos que são destinados a fazer aparecer objetos. Os objetos são um pouquinho determinados pelos instrumentos, bons ou maus, fabricados por mim. [...] Procuo corrigir meus instrumentos através dos objetos que penso descobrir e, neste momento, o instrumento corrigido faz aparecer que o objeto definido por mim não era exatamente aquele. É assim que eu hesito ou titubeio, de livro em livro” (FOUCAULT, 2006, p.229).

7. Referências

AGRAWAL, A. **Environmentality**: Technologies of government and the making of subjects. Durham: Duke University Press, 2005a

_____. **Environmentality**: community, intimate government, and the making of environmental subjects in Kumaon, India. *Current Anthropology* 46(2): 2005b, p. 161–190.

BAKKER, K. J. Water: Political, Biopolitical, Material. **Social Studies of Science**, vol. 42, no. 4, 2012, p. 616–623.

BAURIEDL, S. How to read space: Methods for a spatial analysis in discourse research. **Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research**, n. 8 v. 2, Art. 13, 2007. Disponível em <<http://www.qualitative-research.net/fqs-texte/2-07/07-2-13-d.htm>>. Acesso 23 fev 2020.

BLAIKIE, P. A review of political ecology: issues, epistemology and analytical narratives. **Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie**, 43 (3-4), 1999, p. 131-147.

BOELENS, R.; HOOGESTEGER, J.; BAUD, M. Water Reform Governmentality in Ecuador: Neoliberalism, Centralization, and the Restraining of Polycentric Authority and Community Rule-making. **Geoforum**, v. 64, 2015, p. 281-291.

BRYANT, R.L. Power, knowledge and political ecology in the third world: a review. **Progress in Physical Geography**, 22, 1, 1998, 79–94.

BRYANT, R. L; T. Reflecting on political ecology. In: BRYANT, R. L. (ed.) **The International Handbook of Political Ecology**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2015, p. 14-24.

BRYANT, R., & GOODMAN, M. K. A pioneering reputation: Assessing Piers Blaikie's contributions to political ecology. **Geoforum**, 39(2), 2008, p. 708–715.

BURCHELL, G; GORDON, C.; MILLER, P. **The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

CASTREE, N. 2008. Neoliberalising nature: The logics of deregulation and reregulation. **Environment and Planning, A** 40, 2008, p. 131–152.

CASTREE, N. Socializing nature: theory, practice, and politics. In: CASTREE, N.; BRAUN, B. (n.d.). **Social Nature**. Controversies in Environmental Sociology. Oxford: Blackwell, 2001, p. 1-21.

CAVANAGH, Connor J. Political ecologies of biopower: diversity, debates, and new frontiers of inquiry. **Journal of Political Ecology**, v. 25, n. 1, 2018, p. 402-425.

DARDOT, P., LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARIER, E. Environmental governmentality: the case of Canada's green plan. **Environmental Politics**. 5(4), 1996, p. 585-606.

DREYFUS L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

EKERS, M.; LOFTUS, A. The power of water: Developing dialogues between Foucault and Gramsci. **Environment and Planning D: Society and Space**, vol. 26, 2008, p. 698-718.

FLETCHER, R. Neoliberal environmentality: towards a poststructuralist political ecology of the conservation debate. **Conservation and Society**, 8, 2010, p 171–81

FLETCHER, R., DRESSLER, W.; BÜSCHER, B. Nature™ Inc.: nature as neoliberal capitalist imaginary. In: BRYANT, R. L. (ed.). **The International Handbook of Political Ecology**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2015, p. 359-372.

FONSECA, M. A. **Michel Foucault e o direito**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

_____. Para pensar o público e o privado: Foucault e o tema das artes de governar. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. **Figuras de Foucault**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2006, p. 155-163

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Manuel Barros da Motta (org.). Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005b.

_____. (2006) Estratégia, poder-saber. (Ditos & Escritos v.IV). Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária. Coleção Ditos e Escritos IV.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. São Paulo: Forense Universitária, 1995, p. 2-24.

HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

IORIS, A. A. R. Applying the strategic-relational approach to urban political ecology: The water management problems of the baixada fluminense, Rio de Janeiro, Brazil. **Antipode**, 44(1), 2012, p. 122–150.

KAIKA, M. Constructing Scarcity and Sensationalising Water Politics: 170 Days that Shook Athens. **Antipode**, vol. 35, 2003, p. 919-954.

LANKFORD, B. Infrastructure Hydromentalities: Water Sharing, Water Control and Water (In)Security. In: Lankford, B.; Bakker, K.; et al (eds.). **Water Security: Principles, Perspectives and Practices**. Oxon: Routledge, 2013, p. 256-272

LEFF, E. Encountering political ecology: epistemology and emancipation. In: BRYANT, R. L. (ed.) **The International Handbook of Political Ecology**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2015, p. 44-56.

_____. **La apuesta por la vida**: Imaginación Sociológica e imaginarios sociales en los territorios ambientales del sur. México: Vozes Editora, 2014.

LINTON, J.; BUDDS, J. The hydrosocial cycle: Defining and mobilizing a relational-dialectical approach to water. **Geoforum**, 57, 2014, p. 1–11.

LOFTUS, A.; LUMSDEN, F. Reworking hegemony in the urban waterscape. In: **Centre for Civil Society Research Report**. n. 43, 1(43), 2006, p. 101–124.

LUKE, T. 1999a. Environmentality as green governmentality. In: DARIER, E (ed.). **Discourses of the environment**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999a, p. 121–151.

_____. Eco-managerialism: environmental studies as a power/ knowledge formation. FISHER, F. HAJER, M. A.. **Living with nature**: Environmental politics as cultural discourse (eds.). Oxford: Oxford University Press, 1999b, p. 101–120.

MASSUMI, B. **Ontopower**: war, powers, and the state of perception. Durham: Duke University Press, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

OLIVEIRA, C. A vertigem da descontinuidade: sobre os usos da história na arqueologia de Michel Foucault História, Ciências, Saúde. In: **Manguinhos** (Fundação Oswaldo Cruz Brasil), Rio de Janeiro, vol. 15, núm. 1, jan-mar, 2008, pp. 169-181.

PEET, R., WATTS, M. (Eds.). **Liberation Ecologies**: Environment, Development, Social Movements. London: Routledge, 1996

POVINELLI, E. **Geontologies**: a requiem to late liberalism. Durham: Duke University Press, 2016.

RATTU, P. and VÉRON, R. Towards a Foucauldian Urban Political Ecology of water: Rethinking the hydro-social cycle and scholars' critical engagement". In: **Foucault Studies**, n. 21, 2016, pp. 138-158.

ROSE, N. **Powers of freedom**: reframing political thought. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SWYNGEDOUW, E., The political economy and political ecology of the hydrosocial cycle. **Universities Council on Water Resources Journal of Contemporary Water Research and Education** 142, 2009, p. 56–60.

SWYNGEDOUW, E. Circulations and metabolisms: (Hybrid) natures and (cyborg) cities. **Science as Culture** (Vol. 15): June 2006. <https://doi.org/10.1080/09505430600707970>

VOS, J.; BOELEN, R. Neoliberal water governmentalities, virtual water trade, and contestations. In: BOELEN, R., PERREAULT, T., VOS, J. **Water Justice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 283-301.